



A IMPORTÂNCIA DO ENSINO NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, NA PERSPECTIVA DO FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DAS CRIANÇAS MATRICULADAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

DOI: 10.5281/zenodo.14561819

Jaqueline Cezar Campos

Pesquisadora de Temáticas Educacionais

RESUMO: As instituições de ensino e as famílias necessitam estar sempre juntas, fortalecendo seus laços a fim de ofertarem suporte para formação plena dos sujeitos. E esta formação perpassa com grande intensidade e responsabilidade o fortalecimento identitário das crianças, que por vezes vem enfraquecida por fatores como: a própria família que já não cultiva os costumes que ora eram valorizados pelos membros mais idosos do clã, a comunidade que já não mantém a prática de manifestações culturais, os membros da comunidade que não reconhecem seus costumes como elementos culturais importantes, e/ou a juventude que se recusa a participar dos momentos culturais e conseqüentemente não as valoriza. A Educação Patrimonial chega tardiamente oficialmente nas escolas do interior da Bahia, mas finalmente chega, e traz com si a possibilidade de reavivamento da cultura local de muitas comunidades. Tendo nas instituições de ensino o veículo que possibilitará juntamente com a localidade o fortalecimento da identidade da mesma, que vem desaparecendo cada vez mais. A reelaboração do currículo municipal dos municípios, a partir da elaboração da BNCC- Base Nacional Comum Curricular trouxe como um dos aspectos positivos a possibilidade oficial de ser instituído no currículo as abordagens sobre a realidade dos estudantes, que apesar de tantas discussões ainda não são tão levadas em consideração no momento da elaboração dos livros didáticos. Que já melhoraram é fato, mas que ainda tem um longo caminho a percorrer até que contemple a realidade regional dos educandos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Escola Pública. Educação Patrimonial. Anos Iniciais.

Introdução

O Brasil é uma nação grandiosa, constituída de forma física e cultural por três etnias que se fundiram de forma “involuntária, indesejada” e violenta, mas que mesmo tendo o histórico descrito constituíram a nação brasileira de forma singular,

(...) os processos de destruição e construção de identidades de povos submetidos a um poder dominante caminham junto com a destruição de suas histórias. DE ALMEIDA P. 193 APUD G. SIDER

Um povo rico culturalmente, com suas marcas do passado e do presente, mas que carrega em suas vivências diárias o legado de cada povo que originou essa nação, por isso deve conhecer, reconhecer, valorizar e preservar tamanha riqueza, para que não sejam abertos espaços para novos exploradores e usurpadores.

É importante ressaltar que só se é possível lutar contra práticas de aprisionamento cultural quando se compreende primeiro que se possui uma cultura, e para que esse reconhecimento ocorra faz-se necessário que os costumes que os anciões



das comunidades vivenciavam estejam latentes, que estes estejam conseguindo passar para as gerações mais jovens o valor de cada aspecto cultural que compõe a sua história. E esta aí um dos maiores desafios que vem se estabelecendo entre as famílias, a preservação dos valores morais, os quais impactam na formação identitária de cada sujeito,

(...) Nada melhor que a educação patrimonial, que abre um leque de interessantes possibilidades para a construção das identidades e memórias coletivas e de noções que envolvem a cidadania, como os direitos humanos e os valores da alteridade, da ética, da solidariedade. Além disso, a educação patrimonial tem o papel de conscientizar nossos aprendizes da responsabilidade de cada um pelo bem geral, no lugar onde vive e na sociedade como um todo. FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis (2012/p.07, p.08)

As instituições de ensino e as famílias necessitam estar sempre juntas, fortalecendo seus laços a fim de ofertarem suporte para formação plena dos sujeitos. E esta formação perpassa com grande intensidade e responsabilidade o fortalecimento identitário das crianças, que por vezes vem enfraquecida por fatores como: a própria família que já não cultiva os costumes que ora eram valorizados pelos membros mais idosos do clã, a comunidade que já não mantém a prática de manifestações culturais, os membros da comunidade que não reconhecem seus costumes como elementos culturais importantes, e/ou a juventude que se recusa a participar dos momentos culturais e consequentemente não as valoriza.

As instituições de ensino passaram por muitas influências, assim como todas as demais repartições públicas municipais e/ou estaduais, e durante muitos séculos através dos livros didáticos e de metodologias tradicionalistas priorizou-se a divulgação da cultura de outros países, publicizando-as como superiores e por tanto as que deveriam ser incorporadas as práticas diárias. E ainda, não se tratava de regionalismos, não existia essa discussão, muito menos história e cultura local. Então as práticas de fundição étnica “involuntária, indesejada” e violenta continuavam também através da escola, espaço que deveria ser libertador desde sempre de todas as amarras,

(...) Civilizar o índio, para torná-lo igual ou aproximá-lo dos demais súditos dos reis, foi um dos objetivos perseguidos pelas políticas indigenistas influenciadas pelo Iluminismo. Para isso era necessário combater costumes considerados bárbaros e introduzir outros, o que foi feito através da proibição de antigas práticas e a imposição de outras. (...) DE ALMEIDA (2007/p. 195)

No Brasil, junto com o movimento da Semana da Arte Moderna, iniciou-se à discussão e ações em torno do patrimônio material e imaterial do Brasil, passando a ganhar visibilidade a discussão em torno do tema através do empenho de Mário de Andrade, grande intelectual, com enorme notoriedade que empreendeu esforços para que os aspectos considerados por ele e outros intelectuais como patrimônio fossem reconhecidos e preservados, assim buscando subsídios contundentes para combater



ideias preconceituosas de que todos o legado cultural brasileiro se resumisse ao folclore nacional,

(...) A característica preponderante da mentalidade desse período era o desejo de conhecer e explicar a identidade brasileira por meio da arte, da ciência, da literatura e do conhecimento das tradições brasileiras, quase sempre categorizadas como folclore brasileiro. Um dos temas centrais do debate, na época, era o tema da identidade cultural brasileira.

Os modernistas refletiam e escreviam sobre o descaso com as riquezas do patrimônio nacional e, ao mesmo tempo, encaminhavam projetos a serem implementados pelo Estado, com o objetivo geral de disseminar e proteger a cultura brasileira. (...) FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis (2012/p. 29)

Com a ênfase dada as discussões em torno do patrimônio cultural brasileiro, através de ações empreendidas pela elite paulistana resultou-se finalmente na inserção de um artigo na Constituição Brasileira tratando a respeito, o qual subsidiará as discussões em torno da educação patrimonial, fazendo uma relação com o ensino de História, através do ponto de vista positivista, de preservação dos bens materiais e imateriais, bem mais para os bens materiais, do Estado. O artigo é 10 (...) III e posteriormente em 1937, o Sphan, foi criado, através do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o termo patrimônio histórico e artístico.

O ensino de História exerce papel crucial na construção da identidade dos sujeitos. E esse componente curricular abre um leque infindável para que a Educação Patrimonial seja introduzida nos currículos escolares e os conhecimentos locais sejam levados efetivamente para dentro dos muros das escolas, com o reconhecimento e seriedade que eles merecem. Partindo do meio que os estudantes convivem que nem sempre se apropriam de fato dos inúmeros saberes que estão efervescendo entre eles, e acabam não absorvendo as riquezas imateriais que ali, bem perto deles está disposta. E a instituição de ensino presente na localidade pode e deve ser a ponte entre as crianças e esses conhecimentos ora subestimados,

De caráter avançado e inclusivo, assentado na noção de arte entendida como “a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos” (ANDRADE, [1936] 2002, p.279), o anteprojeto sugeria, entre outras coisas, a criação de uma “Seção dos Museus”, que ficaria encarregada de organizar os museus nacionais pertencentes ao SPHAN, promover exposições em nível regional e federal e articular-se com congêneres regionais. Em sua concepção, os museus municipais deveriam ser ecléticos, com acervos heterogêneos, e os critérios de seleção das peças deveriam ser ditados pelo valor que representam para a comunidade local. FLORENCIO, Sônia, Pedro Clerot, Juliana Bezerra e Rodrigo Ramassote (2014/ p. 5)

A inter-relação entre a escola e a comunidade é crucial no trabalho proposto pela Educação Patrimonial, e um dos recursos, que a mesma recomenda é a criação de museu interativos nas comunidades, veja que o espaço deve ser formado justamente tendo os



moradores locais como os agentes construtores do conhecimento, os fornecedores dos itens que para eles representam fatos e acontecimentos relevante a ponto de irem ocupar o espaço de um museu e lá contar parte de sua História. E as repartições educacionais, revalidando a parceria e a relevância do espaço, incluindo-os em seus trabalhos pedagógicos.

A escola, através da educação patrimonial pode promover mudanças comportamentais significativas na postura dos estudantes e da comunidade como um todo, através de práticas que estimule os estudantes, juntamente com seus familiares a reavivarem e até mesmo ampliarem os conhecimentos sobre o meio social o qual os mesmos fazem parte, estimulando o sentimento de pertencimento entre os cidadãos, assim como a compreensão sobre o que é ser cidadão, ou seja, que vai muito além de possuir documentos que portam dados específicos sobre uma pessoa. A cidadania é bem mais ampla e precisa ser compreendida como tal,

(...) Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, incutir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles, ou nosso, será certamente praticável (Ministério da Cultura, 1987, p. 64, apud OLIVEIRA, 2011, p. 32). FLORENCIO, Sônia, Pedro Clerot, Juliana Bezerra e Rodrigo Ramassote (2014/ p. 6)

A Educação de forma geral é transformadora, e somente através dela será possível despertar nas pessoas o sentimento de pertencimento que tem estado adormecido em muitas populações, como se estivessem sobre a terra sem compreender sua existência e por isso qualquer coisa basta. Deixando desperdiçar o potencial que cada ser é dotado, que somado a outros potenciais podem transformar o meio social que integra e ser transformado mutuamente, agindo como os grandes autores da História que será contada e consequentemente quem a contar se sentirá responsável por preservá-la.

As instituições de ensino, assim como todos os setores da sociedade vem sendo bombardeado por interferências estrangeiras, e as nossas crianças justamente por estarem no processo de formação da personalidade absorvem com maior facilidade as influências e em especial quando elas veem sempre de forma muito atrativa e através dos meios de comunicação, a web, em especial. Recurso que vem chegando aos mais longínquos cantos do país. E na instituição de ensino observada não é diferente, os estudantes já acessam através do aparelho celular com grande frequência as redes sociais e demais dispositivos que a web dispõe e lá, é claro as culturas lhes são apresentadas e consequentemente absorvidas na maioria das vezes sem filtro. A situação



descrita chama atenção mais uma vez para a relevância de valores fortalecidos pela base familiar e solidificados pela unidade de ensino,

Ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. A participação referida se efetivará através da interação do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório regional e local. FLORENCIO, Sônia, Pedro Clerot, Juliana Bezerra e Rodrigo Ramassote (2014/p.8) apud (BRANDÃO, 1996, p. 293)

Alguns membros dessa instituição familiar já reconhece essa riqueza, no entanto alguns ainda na contemporaneidade não se reconhece parte dela em suas particularidades, e assim não se compreende ainda enquanto integrante e produtor da cultura em questão, e por isso vem se tornando um potencial consumidor de culturas externas, deixando sua identidade ser engolida e esquecida. Os anciões, devido à falta de reconhecimento social e ao mesmo tempo auto reconhecimento e a juventude pela comum prática de ignorar e desvalorizar aquilo que é aparentemente “diferente” de si e de seus pares, contribuem para o enfraquecimento, se não a morte da identidade local. Por isso também, a Educação Patrimonial, precisa ser fortalecida em especial nas pequenas localidades do interior na Bahia, que “naturalmente” já são vitaminas de preconceitos regionais e tantos outros. As crianças ainda não estão preparadas para conviverem com famigerada globalização e mesmo assim manterem firmes sua identidade.

A Educação Patrimonial chega tardiamente oficialmente nas escolas do interior da Bahia, mas finalmente chega, e traz com sigilo a possibilidade de reavivamento da cultura local de muitas comunidades. Tendo nas instituições de ensino o veículo que possibilitará juntamente com a localidade o fortalecimento da identidade da mesma, que vem desaparecendo cada vez mais. A reelaboração do currículo municipal dos municípios, a partir da elaboração da BNCC- Base Nacional Comum Curricular trouxe como um dos aspectos positivos a possibilidade oficial de ser instituído no currículo as abordagens sobre a realidade dos estudantes, que apesar de tantas discussões ainda não são tão levadas em consideração no momento da elaboração dos livros didáticos. Que já melhoraram é fato, mas que ainda tem um longo caminho a percorrer até que contemple a realidade regional dos educandos. Através dos temas integradores, mais especificamente através da cidadania e culturas africanas e indígenas e dos temas contemporâneos transversais, contemplado através de cidadania e multiculturalismo, a educação patrimonial ganha espaço, força e possibilidades nos planejamentos pedagógicos das unidades de ensino,

O QUE É, AFINAL, A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL? Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A



partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura , em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. PARREIRAS, Maria de Lourdes Horta, Evelina Grunberg , Adriane Queiroz Monteiro/ Guia Básico da Educação Patrimonial Museu Imperial / Deprom - IPHAN – MINC (p.04)

As instituições de ensino sistematizado exercem papel crucial nas comunidades onde estão instaladas, podem ser transformadoras e por isso a sua importância social. O currículo, escolar contemplando aspectos que reafirmem o ser sujeito que é confiado àquela comunidade educativa, para isso esta criança deve ser olhada e compreendida em suas individualidades e levada em consideração nos momentos de preparação do planejamento pedagógico, tendo como ponto de partida da construção dos seus conhecimentos sistematizados os seus conhecimentos de sendo comum, para aí sim partir para os conhecimentos científicos, dando significados a esses e suas respectiva aplicabilidade diária.

Referências

- COMUNIDADES INDÍGENAS E ESTADO NACIONAL: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO (RIO DE JANEIRO E MÉXICO – SÉCULOS XVIII E XIX) MARIA REGINA CELESTINO DE ALEMEIDA (LIVRO CULTURA POLÍTICA E LEITURAS DO PASSADO: HISTORIOGRAFIA E ENSINO DE HISTÓRIA)
- FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis, Educação patrimonial no ensino de história nos anos finais do ensino fundamental: conceitos e práticas/Cristina Aparecida Reis Figueira, Lilian de Cássia Miranda de Gioia.-São Paulo: Edições SM, 2012. – (Somos mestres)